



MUNICÍPIO DE VALPAÇOS
CONTRIBUINTE N.º 506 874 320

Pag-2153
Pe-3078

2016 - 68.480,72

2017 - 105.682,00

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO

Deliberação:

Despacho:

Concordo com a presente informação, dando parecer prévio favorável à aquisição do serviço em apreço e autorizando o procedimento pré-contratual.

Valpaços, 19 de setembro de 2016.

O Presidente da Câmara

Dr. Amílcar Castro de Almeida

INFORMAÇÃO N.º 209 / 2016

ASSUNTO: Pedido de parecer prévio para celebração de contrato de aquisição de serviços; Artigo 35.º, da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março; Portaria n.º 149/2015, de 26 de maio.

I – Do enquadramento legal de parecer prévio

1. De acordo com o disposto no n.º 5, do artigo 35.º, da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, o diploma legal que aprovou o Orçamento de Estado para 2016, carece de parecer prévio vinculativo a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgão e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei n.º 66/2013, de 27 de agosto, independentemente da natureza da contraparte.
2. Por sua vez, o n.º 10, da retrocitada disposição legal, esclarece que, nas autarquias locais, o parecer referido é da competência do presidente do órgão executivo municipal e depende da verificação dos requisitos previstos no n.º 6, da mesma norma legal, com as necessárias adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela Portaria a que se refere o n.º 1, do artigo 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro e ulteriores alterações, no caso, a Portaria n.º 149/2015, de 26 de maio.
3. De acordo com o n.º 2, do artigo 3.º, da Portaria n.º 149/2015, de 26 de maio, a emissão de parecer favorável depende da verificação dos seguintes requisitos cumulativos, a saber:

- a) Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público;
- b) Existência de cabimento orçamental;
- c) Inexistência de impedimento à celebração ou renovação do contrato quando a eventual contraparte seja determinável;
- d) Demonstração do cumprimento da proibição de aumento do valor contratual, juntando, para o efeito, os elementos e cálculos relevantes, face ao contrato em renovação ou anteriormente celebrado sempre que a prestação de serviços tenha idêntico objeto e, ou, contraparte.

II – Do contrato de aquisição de serviços a celebrar

1. É intenção do Município de Valpaços celebrar um contrato de aquisição de serviços de transportes escolares dos alunos dos circuitos de carreira pública (passes escolares), relativamente ao ano letivo 2016/2017, a vigorar durante o ano letivo enunciado (setembro de 2016 a 31 de julho de 2017), e revestindo a natureza de contrato de aquisição de serviços.
2. O valor estimado do contrato é 164.304,50€, sem IVA incluído, com previsão de 64.604,50€ até 31 de dezembro de 2016 e de 99.700,00€ até 31 de julho de 2017.
3. Com vista à adjudicação do contrato de aquisição de serviços em causa irá ser lançada mão do procedimento de Ajuste Direto, com base no disposto, sobre a matéria, no Código dos Contratos Públicos.
4. O recurso ao procedimento acima referido justifica-se à luz do preceituado no artigo 24.º, n.º1 e), do Código dos Contratos Públicos, em virtude de, por motivos de ordem técnica o único operador com abrangência e horários no concelho de Valpaços é a firma Auto Viação do Tâmega, Lda., a qual constitui a única empresa com concessão por parte do Instituto da Mobilidade e dos Transportes para operar nestes circuitos.
5. Sendo certo que o Município de Valpaços não tem, na presente data, recursos técnicos e humanos que permitam garantir, de forma eficaz, a execução dos serviços objeto do contrato.
6. Atendendo à natureza do objeto do contrato de aquisição de serviços que se pretende celebrar, constata-se que não se trata de execução de trabalho subordinado, em face dos pressupostos contratuais evidenciados e da natureza do próprio contrato.
7. No que tange à obrigação de demonstração de inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apta para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa, prevista na parte final da alínea a) do n.º 6 do artigo 35.º da Lei que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2016, cujo procedimento é definido pela Portaria n.º 48/2014, de 26 de



fevereiro (à luz do diploma que institui e regula o sistema de requalificação de trabalhadores em funções públicas - Lei n.º 80/2013, de 28 de novembro - atendendo ainda ao Despacho Conjunto de 19/12/2013), importa chamar à colação o teor da Circular n.º 92/2014/PB da Associação Nacional de Municípios Portugueses, datada de 24/07/2014, e em especial com o teor das conclusões vertidas na Nota n.º 5/JP/2014, objeto de Despacho do Senhor Secretário de Estado da Administração Pública, datado de 10/07/2014, segundo as quais "(...) *a administração local encontra-se abrangida pela aplicabilidade da Portaria n.º 48/2014 de 26 de fevereiro, no entanto, está dispensada de consultar o INA (...)*".

8. Na situação individual e concreta, revela-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público para execução dos serviços objeto do contrato.
9. De acordo com a declaração emitida pela unidade orgânica responsável, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido e que se anexa à presente proposta, o contrato de aquisição de serviços em causa tem cabimento orçamental, muito concretamente na rubrica 020210.
10. Os encargos assumidos com o referido contrato de aquisição de serviços não excedem os fundos disponíveis, referidos na alínea f) do artigo 3.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atualizada.
11. Atendendo ao disposto no n.º 1, do artigo 35.º, da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, bem como na alínea d) do artigo 3.º, da Portaria n.º 149/2015, de 26 de maio, importa referir que em 2015 teve lugar aquisição de serviços com idêntico objeto e contraparte, mormente aquisição de passes escolares à firma Auto Viação do Tâmega, Lda., pelo valor global de 150.000,00€ no ano letivo 2015/2016, tendo por referência os circuitos então fixados e os valores unitários constantes do Despacho n.º 213/2014 do Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P., publicado no Diário da República, 2.ª série – n.º 4 em 07/01/2014, sendo que para o ano letivo de 2016/2017 se revelou necessário assegurar, além dos já existentes, um novo circuito, designadamente Silva-Cubo-Rendufe-Santa Maria de Émeres-Água Revés face à previsão de transporte de 22 alunos destas localidades, o qual importa o aumento da quantidade/distância de km a percorrer e, tendo por base os valores fixados pelo enunciado Despacho n.º 213/2014 do Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P., perfaz um valor acrescido de 14.304,50€, motivo pelo qual o valor global ora em apreço ascende a 164.304,50€, sem IVA incluído.
12. Nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atualizada, conjugado com o artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho, a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita a autorização prévia da assembleia municipal; nestes termos a





MUNICÍPIO DE VALPAÇOS

CONTRIBUINTE N.º 506 874 320

Assembleia Municipal de Valpaços, em sessão ordinária, realizada no dia 21 de dezembro de 2015, aprovou o clausulado de execução orçamental previsto no Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos para o ano económico de 2016, em especial o artigo 25.º n.º 2 no que tange à assunção de compromissos plurianuais, considerando-se que a repartição de encargos in casu foi devidamente autorizada através da referida deliberação.

III – Da proposta em sentido estrito

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir ao Presidente da Câmara Municipal, Dr. Amílcar Castro de Almeida, que:

- a) Emita, por força das disposições previstas, respetivamente, no n.º 5 e no n.º 10, do artigo 35.º, da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março (LOE 2016) e no n.º 1, do artigo 3.º, da Portaria n.º 149/2015, de 26 de maio, parecer prévio favorável à celebração do contrato de aquisição de serviços de transportes escolares dos alunos dos circuitos de carreira pública (passes escolares), relativamente ao ano letivo 2016/2017, encontrando-se, no caso individual e concreto, reunidos todos os requisitos previstos no n.º 6, do artigo 35.º, da Lei n.º 7-A/2016, de 30/03 e no n.º 2, do artigo 3.º, da Portaria n.º 149/2015, de 26 de maio.
- b) Seja adotado o procedimento de ajuste direto, nos termos dos artigos 16.º, n.º 1, alínea a) e n.º 2, alínea e), 24.º, n.º 1, alínea e), e 112.º e seguintes, todos do CCP, com vista a contratação e celebração do respetivo contrato de prestação de serviços.

É tudo o que me cumpre informar.

Paços do Concelho de Valpaços, 16 de setembro de 2016.

O Diretor do Departamento E.C.D.

Normando Teixeira Vieira, Eng.º